

As 7 principais mentiras do governo Bolsonaro sobre a reforma Administrativa

Para aprovar no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, da reforma Administrativa, mais um ataque do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) à classe trabalhadora e ao povo, o presidente e ministros vêm apresentando argumentos falsos para convencer a sociedade de que a medida é urgente e necessária. Confira as principais mentiras contadas sobre essa reforma e apoie a luta pelo serviço público e de qualidade no país.

A reforma Administrativa, ao contrário do que diz o governo, pode aumentar casos de corrupção, autorizar políticos a contratar um milhão de amigos e parentes e acabar com o serviço público. Mas, para enganar a população, o governo diz que a reforma vai "modernizar o estado" e "combater privilégios". Modernização, para eles, é retirada de direitos tanto de quem usa o serviço público quanto dos servidores municipais, estaduais e federais. Já o tal combate aos privilégios é outra enganação, pois a reforma não afeta os militares, magistrados, políticos e procuradores da República, os verdadeiros privilegiados do país com altíssimos salários e dezenas de benefícios.

A verdade é que o governo quer transferir para a iniciativa privada o que hoje é responsabilidade do Estado. Dessa forma, empresários apoiadores ou financiadores poderão lucrar sobre as necessidades da população em áreas como saúde e educação, onde tudo pode ser pago.

Ao invés de valorizar o que é público, que é para todos, o governo de Jair Bolsonaro pretende beneficiar unicamente quem já é privilegiado. Confira as sete principais mentiras sobre a PEC 32, da reforma Administrativa:

1 – Reforma não combate supersalários

Quem propagandeia a reforma costuma dizer que servidores públicos no Brasil ganham demais, e que é preciso combater "supersalários". **Isso é mentira.** Metade dos servidores públicos do país recebem até três salários-mínimos. São professores, profissionais da saúde, assistentes sociais, policiais e bombeiros e muitos outros, que compõem mais de 60% do serviço público brasileiro.

Dados do Atlas do Estado Brasileiro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que a média salarial dos servidores federais, estaduais e municipais é de apenas R\$ 2.727 porque a maioria é formada por profissionais que atuam nos municípios onde são pagos os mais baixos salários do setor.

2 – Supersalários não são afetados pela reforma

Os "supersalários" do serviço público são uma exceção, e não a regra. E é justamente essa exceção que vai ficar de fora da reforma. São os juizes, desembargadores, promotores, procuradores, políticos e militares. Eles possuem salários mais altos, alguns recebem também outros benefícios. Mas o governo de Jair Bolsonaro resolveu não "provocá-los" com a reforma Administrativa. O Atlas do Estado Brasileiro do IPEA revelou que os mais altos salários, acima de R\$ 30 mil, são pagos a 2,56% dos servidores do Judiciário Estadual e a 1,34% do Federal. Apesar do teto de R\$ 39,2 mil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconhece que a média salarial dos juizes está em R\$ 52.445 mil com os "penduricalhos" composto por diárias, indenizações, gratificações e auxílios.

3 – Férias

A reforma Administrativa vai acabar com as férias de mais de 30 dias no serviço público, dizem os defensores da PEC 32. O que eles não dizem é que políticos e magistrados (juizes, desembargadores e ministros) possuem férias superiores a 30 dias. Mas a reforma NÃO irá atingi-los neste item também. Todos os privilégios desses servidores do alto escalão foram mantidos.

Professores também possuem férias mais longas, mas isso porque a profissão é considerada extremamente desgastante e extenuante. Esses sim, que já enfrentam adoecimento constante, serão prejudicados. E servidores da saúde, que operam direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas possuem direito a 40 dias (20 por semestre), por motivos óbvios. Eles também serão penalizados pela reforma.

4 – Aposentadoria compulsória

Outro ponto mentiroso propagandeado pelo governo e seus aliados é o falso combate às chamadas “aposentadorias compulsórias”, isto é, quando algum servidor comete alguma falta grave e sua punição é o afastamento definitivo das funções, mas não sua demissão. Só magistrados (juízes, desembargadores e ministros) têm direito à aposentadoria compulsória. Mas repetindo: eles NÃO serão atingidos pela reforma Administrativa.

5 – Fim da estabilidade e qualidade dos serviços

A reforma Administrativa (PEC 32) quer atacar a estabilidade no serviço público sob o argumento que isso traria mais dinamismo e facilitaria a demissão de servidores com “mau desempenho”. Não custa repetir: isso é outra mentira.

Se a reforma for aprovada pelo Congresso Nacional, o efeito da medida que consta no texto da PEC 32 será exatamente o inverso. Sem a estabilidade, o servidor será, muitas vezes, coagido para atender interesses particulares e de políticos. Quer um exemplo?

Com o fim da estabilidade, políticos corruptos poderão demitir funcionários de carreira de órgãos de investigação e colocar no lugar amigos e apadrinhados para poupá-los de acusações.

Outro risco: servidores serão coagidos a agir sob o mando de governantes corruptos para beneficiar empresários ou grupos econômicos que financiam suas campanhas ou que lhes pagam propina.

6 – Corrupção

O governo finge que combate a corrupção, apesar das denúncias de compra superfaturada de vacinas contra a Covid-19 – feitas por um servidor público - terem escancarado os mal-feitos da turma, e fala que a reforma vai combater a corrupção. **Mentira.**

A aprovação da reforma vai facilitar, e muito, a prática de atividades ilícitas. Afinal, as principais denúncias de corrupção no setor público envolvem apadrinhados políticos que recebem cargos sem passar por concursos e possuem compromisso apenas com quem os indicou, e não com a população.

Difícilmente isso acontece com servidores concursados e de carreira. E a reforma quer inverter a lógica, dando prioridade para indicações políticas, inclusive, possibilitando a ocupação de mais 100 mil cargos na esfera federal sem concurso, para funções de “liderança e assessoramento” em todo o país. Será caminho aberto para corrupção, coronelismo, clientelismo e rachadinha de salários. Com os cargos comissionados que já têm direito, somarão um total de cerca de um milhão de cargos para amigos e parentes.

7 – Servidores atuais

Outro argumento enganoso é que a reforma só afetaria os futuros servidores. Se a proposta for aprovada, de imediato teríamos uma queda da qualidade dos serviços públicos porque ela atinge diretamente os servidores da ativa, que praticamente perderiam a estabilidade e desde já ficariam fragilizados diante de governantes corruptos e de chefias assediadores. Os prejuízos começariam já, com impactos duradouros na vida da população que precisa do serviço público e de qualidade.

Encontro Nacional dos servidores tem início nesta quinta (29). Participe!

Não existe uma forma de manter o fornecimento de direitos à população brasileira sem que haja investimento em serviço público. Os servidores são responsáveis por cuidar dos brasileiros e brasileiras desde o momento em que nascem até seus últimos dias de vida. Todos se beneficiam das políticas públicas. Não é à toa que os empresários sempre sonharam com a possibilidade de ingressar no setor e obter altos lucros. Possibilidade que pode se concretizar caso a proposta de Reforma Administrativa (PEC-32) do governo Bolsonaro seja aprovada.

E é justamente para evitar a aprovação de uma proposta que irá promover o desmonte do setor que os trabalhadores das três esferas de poder (federal, estadual e municipal) estarão unidos no Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público, que acontece nos dias 29 e 30 de julho, de forma virtual. O Encontro tem como objetivo principal unificar a luta dos servidores para impedir a aprovação da PEC-32 enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional.

Os trabalhadores estão mobilizados para evitar que Bolsonaro consiga concretizar mais esse golpe contra a população brasileira. Atualmente o Brasil possui cerca de 211 milhões de pessoas. Todas elas utilizam, de uma forma ou de outra, os serviços públicos. Entretanto, o país possui apenas 11,5 milhões de servidores. E isso porque o número total de funcionários públicos do país, nas três esferas de governo, cresceu nas últimas décadas – período em que o país atingiu um alto patamar econômico. Em 1995, eram apenas 6,2 milhões.

Mesmo assim, o Brasil continua abaixo da média mundial. A média de servidores públicos em relação à população empregada, calculada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é de 17.88%. O percentual de servidores públicos no Brasil fica abaixo dessa média, com 12,5%.

“Ou seja, o governo deveria promover mais investimentos no setor público. Mas o que estamos vendo é justamente o contrário. A PEC-32 tem como objetivo central desmontar o setor para que as políticas públicas passem para as mãos da iniciativa privada e possam enriquecer ainda mais os empresários sedentos por lucro.

Esvaziamento

Desde que assumiu a presidência da República, Jair Bolsonaro “economizou” R\$ 2 bilhões ao não recompor os salários dos servidores públicos, congelados desde 2017, e ao não repor os trabalhadores que se aposentaram ou saíram do serviço público. Este desmonte reduziu o número de servidores de 331,1 mil, em 2007 (governo Lula) para 208 mil, neste ano, e trouxe de volta problemas como a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a redução da fiscalização e das multas por crimes contra o meio ambiente, sonegação de tributos e segurança do trabalho.

A ideia do Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público é a de unir forças para evitar que o Brasil não seja, em um futuro próximo, um país em que apenas os privilegiados poderão acessar políticas que hoje beneficiam toda a população. Esse será um momento histórico para o Brasil. Vamos reunir todas as centrais e representantes das três esferas do setor público (federais, estaduais e municipais) para traçar estratégias de combate a esse projeto. Vamos decidir sobre atos, mobilizações e uma possível greve geral marcada para o dia 18 de agosto.

Caso a PEC-32 seja aprovada, o Brasil enfrentará o fim da estabilidade dos servidores e dos concursos públicos, com o loteamento de cargos para os aliados políticos do atual governo, resultando em uma piora na qualidade dos serviços oferecidos, devido à má qualidade da mão de obra, além do aumento da corrupção no país e de um enorme prejuízo para toda a população atendida.

Esse projeto acaba com os direitos que os servidores conquistaram nos últimos anos e abre as portas para a terceirização, privatização e corrupção. Se hoje já temos um número excessivo de cargos comissionados em todo o país, imagina se liberar geral! A população não terá um serviço de qualidade e continuidade.

Hoje, os servidores municipais representam 57% dos funcionários públicos brasileiros. Os estaduais são 33% e os federais, 10%. Ou seja, os maiores impactados com as reformas serão os municípios brasileiros e suas populações.

Inscrições

No dia 29 de julho, às 19h, o evento será transmitido publicamente através do Facebook e do YouTube: Contra a PEC 32. No dia 30 de julho, a partir das 9h, o evento ocorrerá na plataforma Zoom. As inscrições para participar da atividade deste dia são limitadas. Para garantir a sua vaga, acesse o site contrapec32.com.br e preencha o formulário. Todos que se inscreverem receberão o link do Zoom, em seus e-mails e pelo Whatsapp, caso suas informações sejam fornecidas no ato da inscrição.

29 e 30 de julho 2021

Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público

CONTRA PEC 32

Saiba mais no site. Curta e siga as redes sociais.

contrapec32.com.br

[@contraapec32](https://www.facebook.com/contraapec32)

[Contra a PEC 32](https://www.youtube.com/channel/UC...)

[@contraapec32](https://www.instagram.com/contraapec32)

[@contraapec32](https://www.whatsapp.com/channel/0029...)